

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

OS CAMINHOS PROJETUAIS ATÉ AGACHE: PROPOSTAS PARA OCUPAÇÃO DA ESPLANADA
DO CASTELO NO RIO DE JANEIRO (1920-1928)

Naylor Barbosa Vilas Boas (PROURB / FAU / UFRJ)

Roberto Segre (PROURB / FAU / UFRJ)

Os Caminhos Projetuais até Agache:

Propostas para Ocupação da Esplanada do Castelo no Rio de Janeiro (1920-1928)

Este trabalho de pesquisa apresenta novas contribuições para a historiografia urbana da cidade do Rio de Janeiro relacionadas com o arrasamento do Morro do Castelo e a ocupação da Esplanada surgida em seu lugar. Tendo como foco principal a década de 1920, este ensaio faz uma primeira sistematização dos planos elaborados durante a década para a ocupação da área, acrescentando novos elementos ao estudo da evolução urbana da área central da cidade. Procura-se demonstrar, através de uma análise dos planos em questão, a existência de um claro processo de amadurecimento de idéias que evoluíram ao longo da primeira metade da década até ser incorporado definitivamente no projeto elaborado por Donat-Alfred Agache entre os anos 1927 e 1930. Assim, inserimos o Plano Agache em um novo contexto, demonstrando que suas idéias para a Esplanada, mesmo recontextualizadas em um projeto em maior escala, são o ponto culminante de um processo de amadurecimento finalmente sintetizadas por ele.

Os Caminhos Projetuais até Agache:

Propostas para Ocupação da Esplanada do Castelo no Rio de Janeiro (1920-1928)

1. Introdução

Este trabalho de pesquisa apresenta novas contribuições para a historiografia urbana da cidade do Rio de Janeiro relacionadas com o arrasamento do Morro do Castelo e a ocupação da Esplanada surgida em seu lugar. Tendo como foco principal a década de 1920, este ensaio faz uma primeira sistematização dos planos elaborados durante a década para a ocupação da área, acrescentando novos elementos ao estudo da evolução urbana da área central da cidade.

Procura-se demonstrar, através de uma análise dos planos em questão, a existência de um claro processo de amadurecimento de idéias que evoluíram ao longo da primeira metade da década até ser incorporado definitivamente no projeto elaborado por Donat-Alfred Agache entre os anos 1927 e 1930. Desse modo, percebemos que sua abordagem se articula a projetos anteriores, incorporando em si uma série de soluções e elementos que são sistematizados ao longo deste processo. Assim, inserimos o Plano Agache em um novo contexto, demonstrado que suas idéias para a Esplanada, mesmo recontextualizadas em um projeto em maior escala, são o ponto culminante de um processo de amadurecimento finalmente sintetizadas por ele.

Ainda que existam os projetos identificados com os códigos do Movimento Moderno propostos no final da década de 1930 em um contexto de crítica ao seu plano, estes não farão parte da presente análise. Nesse sentido, é importante observar que o processo projetual não termina em Agache, e são efetivamente os projetos identificados com o Modernismo que estabelecem uma diretriz final para a ocupação, criando uma série de rupturas que darão origem à fragmentação formal que se prolonga na área até os dias atuais.

Considerando a bibliografia existente, mesmo que a ocorrência de projetos anteriores ao de Agache seja citada de maneira irregular, praticamente nenhuma informação iconográfica nem uma sistematização destes dados nos é apresentada nas pesquisas sobre a Esplanada do Castelo.

No texto clássico de Maurício de Abreu sobre a evolução urbana do Rio de Janeiro (ABREU, 1988), a abordagem à questão é dada a partir da demolição do morro, relacionando o evento à administração Carlos Sampaio em geral e, do processo projetual da Esplanada, somente o Plano Agache é contemplado. Em sua história da arquitetura contemporânea no Brasil, Yves

Bruand (BRUAND, 1999) aborda o assunto com pouco mais de profundidade, citando além do plano Agache, os projetos posteriores realizados pelo Movimento Moderno.

Em pesquisas atuais, encontramos principalmente nos trabalhos de Carlos Kessel as principais iniciativas de iluminar a década em questão. Em artigo recente, o autor desenvolve um aprofundamento da relação do prefeito Carlos Sampaio com algumas propostas iniciais para a ocupação da área (KESSEL, 2006). Em outro trabalho, onde apresenta um detalhado estudo sobre sua administração, aprofunda as questões da prefeitura em relação à demolição do morro, apesar de não mencionar nenhum plano anterior à Agache (KESSEL, 2001).

Assim, este estudo tenta contribuir para o preenchimento destas lacunas. Ainda que a demolição do morro, a Exposição do Centenário em 1922 e o Plano Agache sejam amplamente contemplados pela historiografia tradicional, os meandros desta década ainda permanecem obscuros no que diz respeito à construção de uma história da Esplanada do Castelo.

2. Origens da Esplanada na Dinâmica das Centralidades do Rio de Janeiro

As origens mais remotas da Esplanada podem ser localizadas na gradativa perda de importância do Morro do Castelo, à medida em que sua função de centralidade se transfere para as terras planas conquistadas sobre os alagadiços.



Ao longo do século XVII, a expansão urbana se desloca para a ocupação do Largo do Carmo, e o morro, desprovido de suas funções de centralidade, perde importância na vida cotidiana enquanto

a cidade cresce e novos espaços se configuram como centros simbólicos de maior significação. Em um romance ambientado nos tempos coloniais, José de Alencar já escrevia sobre o esvaziamento da vida religiosa no morro. Segundo o autor,

“À medida que a cidade abandonava as alturas, a matriz ia ficando longe para os moradores do bairro mais povoado. (...) Com exceção dos carolas e das beatas (...), os

fiéis buscavam para seus atos de devoção algum templo mais próximo; e só iam à matriz nas festas da municipalidade ou para atos paroquiais” (ALENCAR, 1987).

Concentrando gradativamente as funções simbólicas fundamentais para a formação de uma imagem urbana mais ou menos coesa – o porto, o poder político e religioso, além de se estabelecer como confluência de importantes caminhos, o Largo do Carmo logo se estabeleceu como a centralidade da cidade colonial.

O espaço do Largo determinava o início de um vetor de expansão no sentido leste-oeste, em uma direção ao interior. Foi ao longo deste eixo que a cidade do século XIX se expandiu, reforçado pela instauração no Campo de Santana de edifícios representativos do poder imperial, e que deslocou do Largo do Carmo a centralidade simbólica colonial, sem necessariamente promover a desqualificação do antigo centro. Segundo Rachel Sisson,

“Em lugar da substituição de um antigo por um novo centro, houve antes uma compatibilização entre os mesmos dentro de uma nova totalidade” (SISSON, 1983).

Já no início do século XX, o Prefeito Pereira Passos, sistematizando antigos projetos elaborados no século anterior, atuou radicalmente na malha urbana ao abrir a Av. Central, estabelecendo um novo vetor de crescimento no sentido norte-sul através da orla marítima, favorecendo à emergente burguesia republicana que iria se estabelecer ao longo desse novo eixo de expansão da cidade.

É importante observar que o traçado desta avenida era condicionado fortemente pela existências dos dois morros, o do Castelo e de São Bento, fazendo com que tensões específicas com estes elementos da paisagem já tenham nascido junto com ela. Comentando sobre projetos do século XIX que já previam a avenida, Lílian Vaz observa que

“Alguns pretendentes, ao invés de limitarem sua avenida pelos morros, procuravam prolongá-la utilizando-se do Morro do Castelo. Era o caso de Manoel Pereira Reis que, em 1889, desejava levar a avenida da praia de Sta. Luzia à Prainha (atual Praça Mauá) através de um túnel no Morro do Castelo. Ou então o projeto do capitão-tenente Colatino Marques de Souza que propôs o traçado de uma avenida que deveria cortar ‘convenientemente o Morro do Castelo’ para depois construir nele uma pequena cidade suíça, embelezada de lagos, bosques e cascatas” (VAZ, 1998).

A avenida marca a preponderância do eixo norte-sul como vetor de crescimento urbano, e vai determinar em suas extremidades duas novas centralidades – a Praça Mauá e a Praça Floriano Peixoto, mais conhecida como Cinelândia. A definição desse espaço urbano como lugar dos

edifícios do poder republicano e burguês – o Theatro Municipal, o Museu de Belas-Artes, a Câmara Municipal e o Supremo Tribunal Federal, entre outros, fizeram dela a centralidade mais importante da cidade no início do século XX.

Mesmo com a abertura da grande avenida, o espaço ganho para o crescimento da cidade não estava de modo algum garantido. Nesse contexto, o morro passa a representar um entrave para o acelerado crescimento da cidade que irá culminar, na década de 1920, na realização efetiva dos antigos projetos para o seu arrasamento.

O fato de promover um concurso de “fachadas” para a Avenida Central, e não ter organizado uma ocupação regular de quarteirões, indica que o poder público não tinha grandes recursos para executar custosas desapropriações. Daí a imperiosa necessidade de novas terras onde construir os prédios para a expansão da centralidade da Praça Floriano, ou para a construção de uma nova, o que vai colocar a necessidade de arrasamento do Morro do Castelo como etapa necessária para o crescimento da cidade.



O início da demolição do morro aconteceu concomitantemente à construção da Exposição do Centenário da Independência, ambos empreendimentos fundamentais do governo de Carlos Sampaio¹⁷, e reflexos de um discurso relacionado à idéia de modernização urbana. Neste sentido, a

justaposição dos dois eventos, tanto no tempo como no espaço, adquire forte caráter simbólico de uma cidade que derrubava seu passado ao mesmo tempo que construía seu futuro. Segundo Kessel,

“A Exposição não teria somente o caráter de uma vitrine (...); o espaço tomado ao mar e ao Castelo deveria ser também um espelho, onde a cidade e a nação pudessem buscar a imagem (...) do progresso, da civilização, da higiene e da beleza. Dia a dia, no movimentado ano de 1922, o Rio de Janeiro assistia ao espetáculo diário do passado

representado pelo Castelo se esvaindo em forma de lama, enquanto que sobre o aterro resultante tomavam forma os palácios e as avenidas” (KESSEL, 2001).

Assim, à medida que a Esplanada do Castelo ia surgindo como uma enorme área “em branco”, o caráter efêmero e transitório da Exposição se estabelecia como um ensaio urbanístico e arquitetônico de como a nova área poderia vir a ser ocupada, consolidando a imagem da continuidade monumental da Cinelândia e definindo um novo eixo à beira-mar de expansão da cidade, posteriormente assimilado pelo crescimento da estrutura viária em direção aos bairros burgueses da zona sul.

De qualquer modo, até a síntese realizada pelo projeto de Agache no final dos anos 1920, não havia consenso sobre a imagem da cidade que se queria construída na nova Esplanada do Castelo. Os planos oficiais anteriores mostram um desenvolvimento gradativo desta imagem, reforçando a constatação da falta de uma idéia geral sobre como ordenar aquele espaço e integrá-lo ao restante da cidade já consolidada.

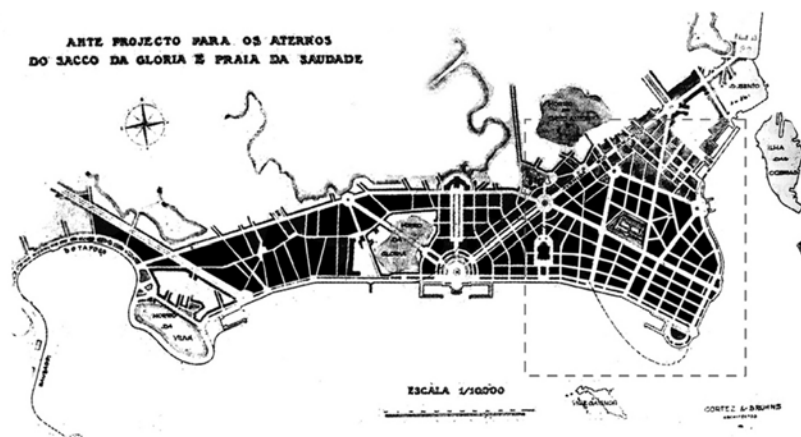
3. Os Projetos para a Ocupação da Esplanada (1920-1928)

3.1. Visões Acadêmicas da Cidade: As Primeiras Propostas

No período em que o morro começava a ser demolido e construía-se sobre os primeiros aterros a Exposição do Centenário da Independência, a falta de consenso sobre como ocupar definitivamente a área dominava as discussões. Nesse sentido, podemos localizar uma série de proposições, representativas do debate que se travava não só entre as diferentes esferas de poder municipais (Prefeitura e Conselho Municipal), mas também entre as instâncias representativas das classes profissionais. Lúcia Helena Pereira da Silva observa que

“na avaliação de Godoy, o que dificultava a implementação de qualquer plano remodelador era a atuação política dos dirigentes, que a cada governo modificavam suas prioridades. Afinal, ele, enquanto engenheiro da prefeitura, vira seis projetos diferentes serem engavetados ao longo dos anos 20” (SILVA, 1995a).

Concentram-se nessa década todos os projetos de caráter clássico para a ocupação da Esplanada, representados nos diversos Projetos de Alinhamento da Prefeitura que se sucedem ao longo dos anos. Paralelamente à sua promulgação, diversas outras alternativas eram propostas por iniciativa de profissionais que também se preocupavam em pensar a cidade.



Dentre aqueles de iniciativa particular, algumas considerações devem ser traçadas especificamente a respeito do projeto dos arquitetos José Cortez e Ângelo Bruhns, cuja importância maior reside

no fato de ter sido, posteriormente, o centro das discussões sobre a originalidade da proposta que Agache iria desenvolver para a área.

As referências bibliográficas sobre esse projeto o colocam no contexto da Exposição do Centenário, como sendo um dos projetos elaborados para um concurso³¹ de um “plano geral relativo às possíveis modificações de remodelação e embelezamento da cidade do Rio de Janeiro”, promovido dentro das programações do evento, no qual a Escola Nacional de Belas-Artes estava envolvida (SILVA, 1995b).

É importante observar que tanto as propostas dos profissionais autônomos como os Projetos de Alinhamento da Prefeitura ainda apresentam soluções que não se diferenciam de uma visão puramente estética que estruturou as intervenções de Pereira Passos na cidade duas décadas antes. Revelam, neste início da década de 1920, que o Urbanismo, como disciplina autônoma, ainda não estava efetivamente consolidado. De acordo com a autora,

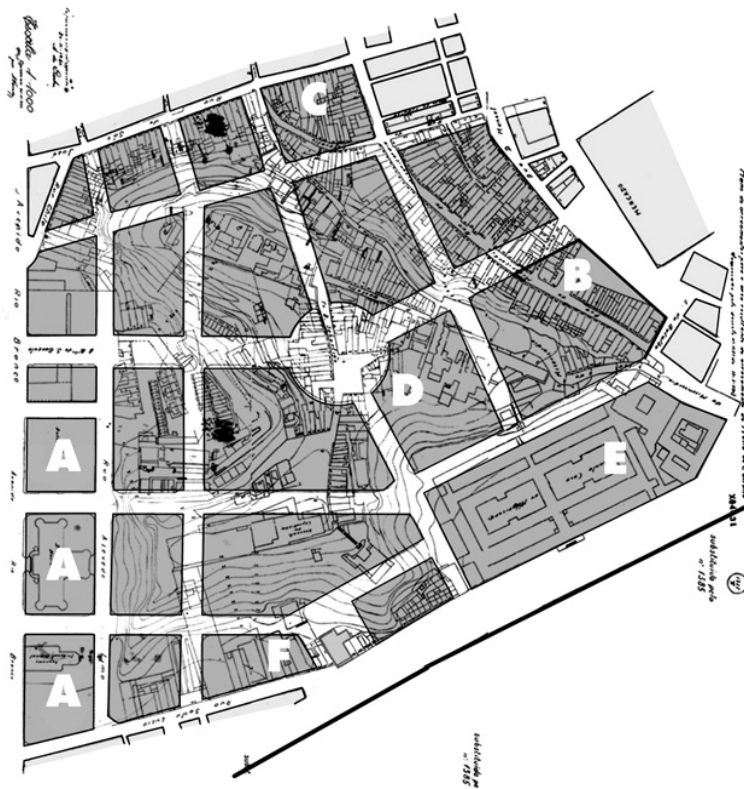
“a idéia de uma capital embelezada ‘com os vernizes de metrópole europeia’ ainda era a concepção dominante às vésperas do Centenário. (...) Essa estratégia era muito parecida com aquela da Reforma Passos no início do século” (SILVA, 1995a).

Essa questão se torna interessante para revelar um pouco mais a maneira pela qual os diferentes profissionais envolvidos com a cidade pensavam suas próprias esferas de atuação. Assim, durante as comemorações do Centenário, o Clube de Engenharia não participou dos debates sobre a cidade, limitando-se a confeccionar um mapa do Brasil³⁶, enquanto a Escola Politécnica discutia os aspectos técnicos da demolição do morro.³⁷ Os arquitetos, por sua vez, se entretinham pensando a cidade a partir de uma visão estritamente estética. Segundo Silva,

“a preocupação principal (...) era com o estilo das fachadas; a cidade não aparecia como problema, a não ser pela falta de um conjunto estético das edificações” (SILVA, 1995a).

3.2. A Nova Centralidade da Esplanada

Este primeiro plano oficial para a área, elaborado no governo de Carlos Sampaio e datado de 17 de outubro de 1920, mostra o estabelecimento de quadras que procuram dar continuidade



ao padrão daquelas criadas duas décadas antes por Pereira Passos. Podemos observar esta continuidade no traçado proposto a partir das quadras (A) da Biblioteca Nacional, do Supremo Tribunal Federal e da Escola de Belas-Artes. Em direção ao Largo da Misericórdia (B), a malha sofre um deslocamento para acompanhar o paralelismo da orla determinada pela Avenida Beira-Mar.

Através do encontro não solucionado da malha com as quadras existentes no Largo da Misericórdia, tampouco com a largura das ruas na direção da rua São José (C), pode-se perceber que ainda se verificava, no início da década de 1920, a persistência dos mesmos métodos de pensar a cidade do século anterior. Observando esta questão em projetos elaborados no século XIX, Lílian Vaz observa que

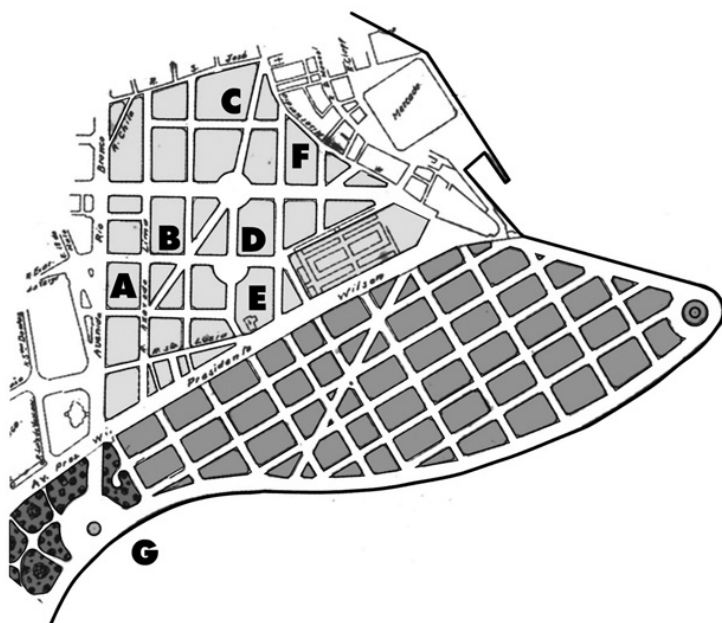
“Apesar de não se dispor de suficiente documentação iconográfica sobre esses projetos, verifica-se que alguns eram apenas traçados ou riscos sobre um mapa: não havia preocupação com a ligação entre as vias existentes e as projetadas, nem com o desenho resultante nem com os fluxos que poderiam receber” (VAZ, 1998).

Há uma hierarquização das vias, onde os dois eixos principais são valorizados através do alargamento no cruzamento existente entre eles (D). É importante notar a criação de um espaço qualitativamente diferente dos demais no cruzamento dos eixos principais da composição. Um cruzamento, mas com o caráter de praça central, revela o desejo do estabelecimento de uma nova centralidade na Esplanada do Castelo desde o início.

Alguns prédios do entorno estabelecem os limites do projeto e são incorporados ao novo sistema. Assim, os edifícios monumentais da Biblioteca, da Escola de Belas-Artes e do Supremo Tribunal com suas quadras marcam a fronteira com a Av. Rio Branco, enquanto que a Santa Casa de Misericórdia e o Arsenal de Guerra (E), sobreviventes do desmonte, seriam unidos em uma única quadra que fecha a composição em um de seus extremos, na região da antiga Ponta do Calabouço.

3.3. A Expansão Especulativa

Este projeto, também elaborado na prefeitura de Carlos Sampaio e datado de 30 de abril de 1921, substitui o anterior e modifica-o em uma série de aspectos. Podemos perceber que a partir deste plano duas áreas de intervenção distintas se configuram, delimitadas pelo eixo da Av. Pres. Wilson, um antigo trecho da Av. Beira-Mar afastada do litoral pelo aterro feito com a demolição do morro.



Na primeira área, local do antigo morro, a malha mantém os mesmos padrões básicos do projeto anterior, mas o paralelismo e a ortogonalidade das ruas com a Av. Rio Branco (A) é estabelecida como norma principal. Também é criada uma rua em diagonal (B) que “rasga” duas das quadras, criando uma conexão que liga transversalmente o espaço no

cruzamento entre os eixos principais e a rua chamada Azevedo Lima, atual rua México. A criação desta rua encurtaria o caminho até a “praça” central e, posteriormente através de outra diagonal (C), seguiria até a rua Primeiro de Março. Além disso, podemos observar a criação de um segundo espaço específico (D) que estabelece um pólo secundário de centralidade na malha.

Também verificamos a incorporação da Igreja de Santa Luzia (E) no sistema de quadras deste projeto, bem como a Santa Casa de Misericórdia.. A conexão com a cidade mantém a mesma

problemática, e na região do Largo da Misericórdia existe uma certa fragmentação das quadras fronteiras (F) àquelas já existentes, sendo que a rua da Misericórdia marca um dos limites do projeto.

No arruamento projetado para o aterro, verificamos o desenho de uma malha ortogonal e qualitativamente homogênea, destacando-se uma outra forte diagonal que corta as quadras não conectando nenhum lugar específico de beira-mar à região da Santa Casa de Misericórdia. Neste aterro, também é importante observar a intenção na criação de um espaço diferenciado, representado por dois círculos concêntricos em sua extremidade. Esta “praça” é um elemento recorrente nos projetos a partir deste plano, e marca o desejo de se estabelecer um novo pólo de centralidade neste novo espaço.

Outro elemento a ser destacado é a primeira idéia para uma “Porta do Brasil”, espaço monumental de chegada pelo mar (G), também recorrente nos projetos da prefeitura a partir desta primeira intenção, sendo a solução que ficou amplamente conhecida através das perspectivas posteriormente elaboradas por Agache em seu projeto.

3.4. A Persistência do Simbolismo Acadêmico

Este projeto, datado de 13 de novembro de 1922 e também elaborado durante o governo Carlos Sampaio, mostra um desenvolvimento maior nas idéias para a área do aterro e para a área da “Porta do Brasil”. Em relação à área ocupada pelo morro, o projeto modifica algumas soluções anteriores. Inicialmente, a antiga diagonal que cortava duas quadras da malha deixa novamente de existir, bem como a centralidade secundária anteriormente criada.

Neste sentido, a malha volta a ter uma regularidade maior, mostrando uma continuidade formal na expansão das quadras pré-existentes. Em direção ao Largo da Misericórdia e da rua São José, no entanto, os mesmos problemas aparentemente ainda persistem.

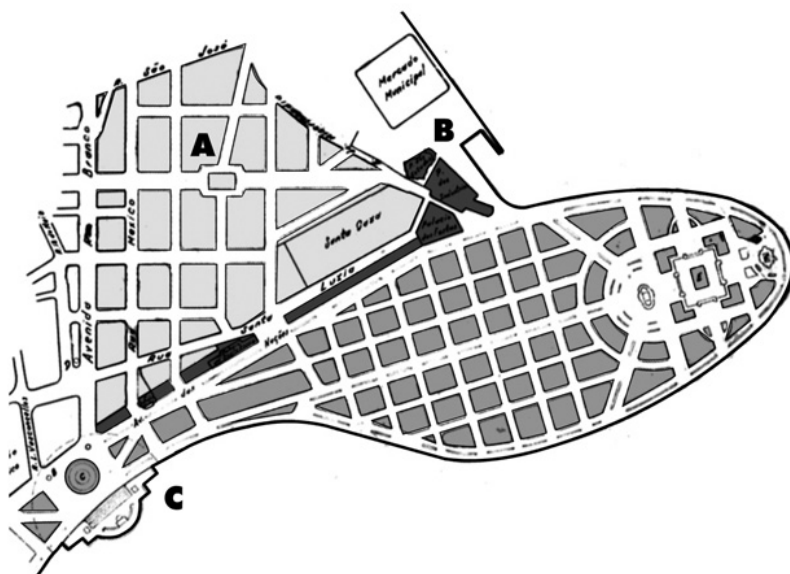
Em relação à essa área, o ponto mais importante, porém, é a definição que aparece em relação ao espaço monumental existente no cruzamento dos dois eixos principais (A). Neste projeto não há mais dúvida na representação do caráter deste espaço, que agora se configura efetivamente como uma praça, e marca a origem da Praça do Castelo como um dos elementos componentes dos projetos para a área a partir de então.

Também é importante perceber a existência dos novos edifícios de caráter monumental que dizem respeito à Exposição do Centenário de 1922. Assim, edifícios como o Palácio das

Festas, o Palácio dos Estados e o das Indústrias (B), o antigo Arsenal de Guerra requalificado em um novo contexto, bem como outros pavilhões, agora potencializam o antigo eixo da Av. Beira-Mar e delimitam uma clara fronteira entre as diferentes áreas de projeto.

Na parte do aterro, uma nova centralidade agora se mostra bastante definida, mostrando a transformação do que era uma primeira intenção de qualificação do espaço urbano representada anteriormente por dois pequenos círculos. Também definem-se uma hierarquização das vias, onde três eixos principais concorrem em direção ao espaço monumental, reservado para a implantação do edifício do Ministério da Marinha e para um “monumento americano”. No restante da malha, em grelha ortogonal, não se observa nenhuma diferenciação qualitativa entre as quadras.

Um detalhamento maior é feito no espaço monumental da “Porta do Brasil” (C), onde é prevista a colocação de uma estátua do Barão do Rio Branco e um novo obelisco. O que é mais interessante observar, porém, é o desenho da linha costeira. Com o barroquismo do traçado, pode-se especular sobre um caráter neo-colonial para esse espaço.



Após esta proposta, os projetos que propunham a ocupação da Esplanada sofrem uma interrupção a partir do ano de 1923, refletindo a postura do prefeito Alair Prata de fazer um governo de austeridade, depois dos grandes endividamentos feitos pelo governo de Carlos Sampaio. Em

contraste com as idéias elaboradas para a área anteriormente, na sua gestão somente um projeto foi apresentado, modificando as idéias já aprovadas (Projetos de Alinhamento 1515 e 1528, que se complementavam, e eram datados de dezembro de 1923).

Em função desta contenção de gastos, os problemas da cidade passaram a ser pensados e resolvidos dentro do âmbito oficial da prefeitura, por técnicos e demais profissionais do quadro funcional. Neste sentido, foi durante a sua gestão que começou a surgir um consenso a

respeito da necessidade de um plano geral para o desenvolvimento urbano da capital, que iria culminar, alguns anos depois, no convite feito a Agache. Ainda segundo Silva,

“Utilizando-se exclusivamente dos recursos da prefeitura, Alaor Prata conseguiu deixar para seu sucessor um estado superavitário e vários regulamentos concernentes aos problemas urbanos, além, é claro, do consenso sobre a necessidade da confecção de um plano para a cidade” (SILVA, 1995b).

3.5. A Síntese de Agache: A Nova Escala da Tradição

As questões relacionadas à elaboração do Plano Agache dispensam maiores aprofundamentos, já que existe uma ampla bibliografia sobre o assunto. No entanto, algumas observações devem ser feitas no sentido de explicitar a articulação que existe entre esse plano e os demais que serão estudados no âmbito do trabalho.

O processo de contratação de Agache para elaborar um plano para a remodelação da cidade é cercada de muita polêmica, originando acalorados debates que logo extrapolam os círculos profissionais para ganhar o cotidiano dos noticiários da imprensa. De qualquer modo, Agache é oficialmente contratado no ano de 1927 para a elaboração de um plano para a cidade.

É importante perceber que todo o processo de sua contratação causou uma movimentação no circuito profissional da época, a partir do momento em que surge uma demanda específica para a definição das opiniões a respeito da pertinência de sua vinda. É nesse sentido que podemos entender que a chegada de Agache faz com que se estruturam, finalmente, todas as forças que se debatiam desorganizadamente até então.

Essa questão revela como seu projeto pode ser entendido como força sintetizadora, capaz de aglutinar as idéias que se encontravam dispersas antes de sua chegada, que só iriam ser estruturadas a partir de uma noção comum a respeito da nova disciplina do Urbanismo. Segundo Silva,

“Agache representou um ponto de inflexão no processo de constituição do urbanismo no Brasil. Os vários grupos que discutiam, ao longo dos anos 20, os problemas da cidade puderam, com a discussão sobre a vinda de Agache, colocarem-se mais organizadamente dentro da área e na sociedade” (SILVA, 1995a).

Como já observado, Agache foi alvo de acusações de plágio, por parte do arquiteto José Cortez, que observava que as soluções para o espaço da “Porta do Brasil” eram análogas ao

seu projeto elaborado em 1921 (SILVA, 1996). Analisando mais detalhadamente o debate que se seguiu na imprensa a respeito desta questão, podemos perceber determinadas referências que ajudam a reforçar a noção do seu caráter sintetizador das idéias dispersas anteriormente.

Podemos observar como parte de seu processo de trabalho, e nesse ponto o arquiteto traz novidades metodológicas de abordagem ao problema urbanístico, a análise de grande material existente a respeito do seu objeto de trabalho. Segundo Denise Stuckenbruck,

“Agache havia consultado ‘63 trabalhos, livros, relatórios e revistas, sobre todos os assuntos da obra, além de dezenas de cartas, mapas, fotografias e mais de 30 plantas, projetos e desenhos diversos. Foram igualmente consultados e analisados cinco projetos, anteriores ao estudo do Plano Agache’” (STUCKENBRUCK, 1996).

No entanto, esse é justamente o ponto pelo qual Cortez sustenta sua acusação. Ao mesmo tempo, reforça as argumentações aqui colocadas. Segundo Silva, em texto publicado no jornal O Paiz, o arquiteto observa que

“quando o senhor Agache aqui chegou no ano passado manifestou logo o desejo de obter todos os projetos que tivessem sido elaborados, pois ele, como elemento catalisador, desejaria aproveitar as boas idéias...” (SILVA, 1996).

Defendendo-se dessas acusações, também Agache publica suas argumentações nas páginas d’O Paiz. Segundo Margareth Pereira,

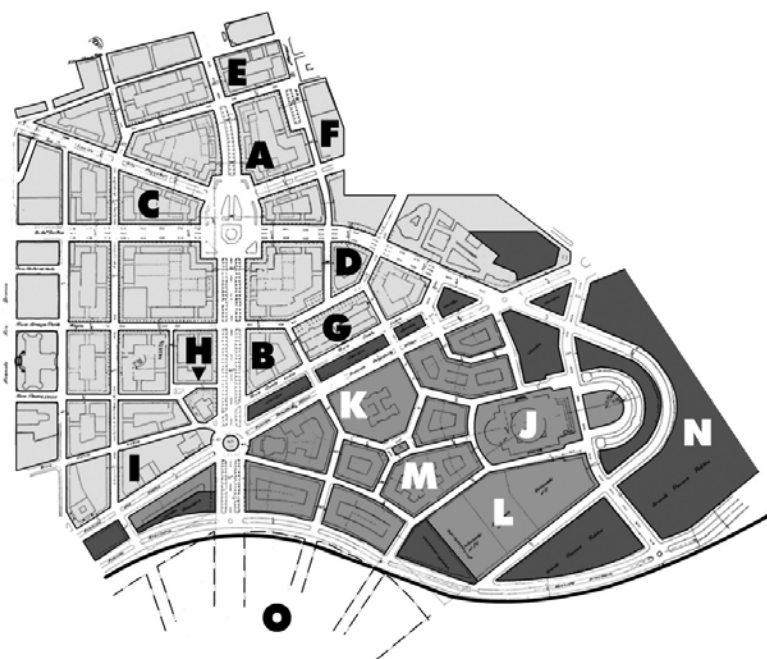
“alegava ainda Agache que era de conhecimento público que a própria prefeitura lhe havia documentado sobre todos os estudos já realizados para o Rio e acusá-lo seria como criticar um médico que está tratando de um doente por ter prescrito o mesmo medicamento que um colega seu. Poder-se-á dizer que o médico é plagiador?, se perguntava, e acrescentava ‘o acertado e mais difícil não é prescrever o medicamento, mas sim dosá-lo com propriedade (...)’” (PEREIRA, 1996).

De qualquer modo, o Plano Agache se estabelece como o primeiro grande estudo sistemático sobre a cidade. Porém, ainda que na escala e na abrangência das soluções apresentadas tenha havido efetivas e inegáveis contribuições no sentido de uma ampliação da abordagem aos problemas da cidade, os aspectos gerais de sua proposta continuavam associados a um classicismo formal, revelados a partir do emprego de uma monumentalidade cenográfica estruturada nas perspectivas e nos grandes eixos que rasgavam o tecido urbano. Nesse sentido, no plano formal, seu plano estabelece uma nova escala para essa tradição clássica. Vera Rezende observa que

“o plano orienta-se para o aspecto visual da cidade, revelando traços de École de Beaux-Arts de Paris, presentes na busca de monumentalidade e no academicismo. (...) Coloca-se nas mudanças físicas, na remodelação e no embelezamento a possibilidade de se atingir mudanças sociais” (REZENDE, s.d.).

Naturalmente, pelo próprio contexto que o deu origem, o Plano Agache teve seu rebatimento em Projetos de Alinhamento da Prefeitura. Assim, no ano de 1928, são identificados dois projetos que, de maneira complementar, traça as diretrizes legais para a sua ocupação. Portanto, encontramos nos Projetos de Alinhamento 1791 e 1805, datados de junho e outubro de 1928, a oficialização, como instrumento legal, do projeto elaborado por Agache para a Esplanada.

Podemos perceber no projeto representado a manutenção das duas áreas distintas de intervenção dos projetos anteriores. Na área anteriormente ocupada pelo Morro do Castelo, observamos a consolidação da centralidade da Praça do Castelo no cruzamento de dois eixos principais (A). Neste projeto, porém, um dos eixos ganha uma importância maior através do aumento de sua largura (B), e faria a conexão da praça com áreas à beira-mar.



Dois outros eixos concorrem em direção à praça (C), as avenidas Almirante Barroso e Nilo Peçanha, configurando-se como vias de menor importância dentro da composição, mas ainda assim mais largas que as demais ruas projetadas. Também é importante percebermos a inflexão que o eixo da av. Alm. Barroso

sofre após o cruzamento com a praça central (D), que faria a ligação de maneira harmoniosa à área de aterro do projeto.

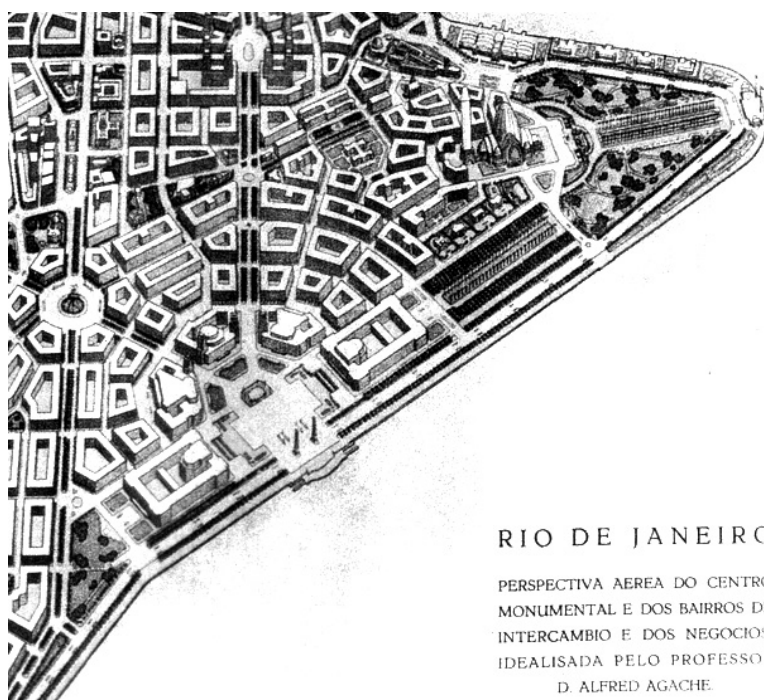
Também na área da rua São José em direção à rua Primeiro de Março, a ligeira curvatura e a continuação do eixo principal (E) mostra a preocupação do projeto em incorporar às soluções

à realidade pré-existente na cidade. Em relação ao Largo da Misericórdia (F), nada podemos aferir, pois o trecho do documento em questão não foi localizado.

As quadras incorporam harmoniosamente em seus limites algumas edificações já existentes, não só as mais antigas, como a Santa Casa de Misericórdia (G) e a Igreja de Santa Luzia (H), bem como os edifícios remanescentes da Exposição de 1922 (I), que continuam a pertencer a um eixo bem marcado com jardins e que divide as duas áreas de intervenção do projeto.

No trecho do aterro, verificamos uma certa irregularidade na ocupação das quadras que estabelece uma estrutura viária confusa. A antiga centralidade, prevista para a área inicialmente com os dois pequenos círculos desenhados em projeto anterior, já se estabelece como o local de uma grande catedral (J), que tinha sua implantação voltada para as áreas verdes marcadas em cinza escuro na planta, dando as costas para a cidade que iria se consolidar na área.

Uma das quadras estava reservada para a implantação de um edifício monumental não identificado (K), e outras três, à beira-mar, estariam reservadas para a implantação de embaixadas (L). É interessante observar a configuração de uma pequena praça (M) a partir do desenho das quadras, que se estabeleceria como uma centralidade de menor força. Também



RIO DE JANEIRO
PERSPECTIVA AEREA DO CENTRO
MONUMENTAL E DOS BAIROS DE
INTERCAMBIO E DOS NEGOCIOS.
IDEALISADA PELO PROFESSOR
D. ALFRED AGACHE.

nota-se com clareza as grandes áreas verdes previstas para o entorno da Catedral (N), reservadas para a implantação de jardins públicos na área da antiga ponta do Calabouço, não representadas na planta, mas previstas no plano Agache.

Também se observa a previsão de crescimento da cidade representada na

planta (O), fazendo com que não conste neste projeto nenhuma referência à implantação de um espaço monumental previsto para a “Porta do Brasil”, detalhado na perspectiva acima, que fazia parte do seu plano original.

4. Conclusão

Após esta análise, podemos perceber a problemática que se revela na medida em que os principais eventos urbanos da década de 1920 – a demolição do Morro do Castelo, a Exposição do Centenário e o Plano Agache – deixam de ser entendidos como eventos pontuais, e passam a ser inseridos em uma dinâmica mais complexa onde todos se encontram associados em um processo único de instauração da Modernidade na cidade.

Nesse sentido, nossa abordagem contempla somente uma pequena parte do necessário aprofundamento à década de 1920 pela historiografia urbana do Rio de Janeiro, na medida em que é um período fundamental para a compreensão das forças que estão se configurando e que irão atuar, na década de 1930, no embate efetivo entre os “tradicionalistas” e os “modernos” que irá decidir os caminhos estéticos brasileiros nas décadas posteriores. Entendemos que os diferentes projetos aqui analisados são a materialização representada graficamente dessas forças, e se configuram como uma “janela” fundamental para o entendimento do período.

Ainda assim, tornam-se necessárias abordagens que procurem entender os mecanismos de transferência das idéias geradas entre as duas esferas de proposição identificadas, aquelas nascidas da iniciativa particular, e aquelas sistematizadas oficialmente pela prefeitura através dos projetos oficiais de alinhamento.

Uma abordagem através dos Projetos de Alinhamento da Prefeitura contempla somente uma dimensão dos instrumentos disponíveis pelo poder público para intervir sobre a cidade. Instituídos inicialmente no governo Pereira Passos, eram acompanhados por um decreto que os transformavam em lei a serem cumpridas. No entanto, outra forma de intervenção se materializava através da legislação que, a partir de 1925, regulava com mais detalhamento as normas relativas à ocupação dos lotes e aspectos construtivos das edificações.

Portanto, também apontamos a necessidade da exploração historiográfica da dimensão normativa da área, na medida em que possa ser interessante um detalhamento dos aspectos particulares relativos à legislação vigente durante os anos de demolição do morro e surgimento da área.

Assim, associando os projetos aqui apresentados, que determinam as diretrizes gerais de ocupação, com o detalhamento existente nas normas de ocupação, pode-se reconstituir com mais precisão o processo de ocupação da Esplanada do Castelo e aprofundar o entendimento do importante período de consolidação da modernidade do século XX na cidade do Rio de Janeiro.

Referências Bibliográficas

ABREU, Maurício de A. Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPLANRIO-Zahar, 1988.

ALENCAR, José de. O Garatuja. Coleção Biblioteca Carioca. Vol. V. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1987.

BRUAND, Yves. Arquitetura Contemporânea no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 1999.

KESSEL, Carlos. A Vitrine e o Espelho: O Rio de Janeiro de Carlos Sampaio. Rio de Janeiro: AGCRJ, 2001.

_____. Esplanada do Castelo: Propostas e Polêmicas antes do Modernismo. In: GUIMARAENS, Cêça (org.). Arquitetura e Movimento Moderno. Rio de Janeiro: PROARQ/FAU/UFRJ, 2006.

PEREIRA, Margareth da Silva. Pensando a Metrópole Moderna: Os Planos de Agache e Le Corbusier para o Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, Luiz Cesar e PECHMAN, Robert. Cidade, Povo e Nação: Gênese do Urbanismo Moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

REZENDE, Vera F. Planos e Regulação Urbanística: A Dimensão Normativa das Intervenções na Cidade do Rio de Janeiro. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). Cidade: História e Desafios. Rio de Janeiro: FGV, s.d.

SILVA, Lúcia. A Trajetória de Donat Alfred Agache no Brasil. In: RIBEIRO, Luiz Cesar e PECHMAN, Robert. Cidade, Povo e Nação: Gênese do Urbanismo Moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

SILVA, Lúcia Helena Pereira da. Engenheiros, Arquitetos e Urbanistas: A História da Elite Burocrática na cidade do Rio de Janeiro – 1920 / 1940. Rio de Janeiro: IPPUR, 1995

_____. O Rio de Janeiro e a Reforma Urbana da Gestão Dodsworth (1937/1945): A Atuação da Comissão do Plano da Cidade. Anais do V Encontro Nacional da ANPUR. Belo Horizonte: UFMG, 1995b.

SISSON, Rachel. Os Três Centros do Rio. In: Revista Municipal de Engenharia. Vol. XXXIX. Out/Dez -1983. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1983.

STUCKENBRUCK, Denise Cabral. O Rio de Janeiro em Questão: O Plano Agache e o Ideário Reformista dos Anos 20. Rio de Janeiro: IPPUR, 1996.

VAZ, Lílian. Projetos Urbanísticos do Século XIX para a Cidade do Rio de Janeiro: Atualidade e História. Anais do V Seminário da História e do Urbanismo. Campinas: PUCCAMP, 1998.